

DESEMPREGO SEVERO ENTRE OS JOVENS BRASILEIROS¹

Thyena Karen Magalhães Dias²

Erivelton de Souza Nunes³

Edward Martins Costa⁴

Jair Andrade de Araújo⁵

Diante da dificuldade de os jovens encontrarem emprego e da relevância do desemprego severo para esse grupo, este estudo teve por objetivo mensurar a probabilidade de ocorrência do desemprego severo, ou seja, se está desempregado há um ano e busca emprego, entre os jovens a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua referente ao segundo trimestre de 2019. Por meio do modelo econométrico *probit*, foi possível observar que os jovens com idade entre 18 e 24 anos, sem instrução e com nível médio completo ou incompleto, residentes na zona urbana, com aposentados no domicílio e localizados nas regiões Norte e Nordeste apresentaram mais chances de estarem na situação de desemprego severo. Observou-se, ainda, uma relação negativa da participação de ao menos um membro familiar no Programa Bolsa Família (PBF) e da participação em programas de aprendizagem sobre o desemprego severo dos jovens.

Palavras-chave: desemprego severo; jovens; regiões brasileiras.

SEVERE UNEMPLOYMENT AMONG BRAZILIAN YOUTH

Given the difficulty of young people in finding a job and the relevance of severe unemployment for this group, this study aimed to measure the probability of occurrence of severe unemployment, that is, if they have been unemployed for 1 year and look for a job, among 16 to 29 years of age, based on data from the Continuous National Household Sample Survey for the second quarter of 2019. Through the Probit econometric model, it was possible to observe that young people aged between 18 and 24 years old, without education and those with complete or incomplete secondary education, living in the urban area, with retired people at home and located in the North and Northeast regions had the greatest chances of being in a situation of severe unemployment. There was also a negative relationship between the participation of at least one family member in the Bolsa Família Program and participation in learning programs about severe unemployment among young people.

Keywords: severe unemployment; young; brazilian regions.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppp66art1>

2. Doutoranda em economia rural pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (PPGER/UFC). *E-mail:* thyena.karen@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8414383719703109>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9200-8901>.

3. Doutor em economia pelo PPGER/UFC. *E-mail:* erivelton.s.n@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5255154540868781>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2560-4866>.

4. Doutor em economia e professor do PPGER/UFC. *E-mail:* edwardcosta@ufc.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0194745511728002>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9187-8534>.

5. Doutor em economia e professor do PPGER/UFC. *E-mail:* jairandrade@ufc.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7374641262802257>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6297-9558>.

DESEMPLEO SEVERO ENTRE LOS JÓVENES BRASILEÑOS

Ante la dificultad de los jóvenes para encontrar trabajo y la relevancia del desempleo severo para este grupo, este estudio tuvo como objetivo medir la probabilidad de ocurrencia del desempleo severo, es decir, si lleva 1 año desempleado y busca trabajo, entre jóvenes de 16 a 29 años con base en datos de la Encuesta Nacional Continua por Muestreo de Hogares del segundo trimestre de 2019. A través del modelo econométrico Probit se pudo observar que los jóvenes entre 18 y 24 años, sin escolaridad y con enseñanza media completa o incompleta, residentes en el área urbana, con jubilados en casa y ubicados en las regiones Norte y Nordeste tenían mayor probabilidad de estar en situación de desempleo severo. También hubo una relación negativa entre la participación de al menos un miembro de la familia en el Programa Bolsa Familia y la participación en programas de aprendizaje sobre el desempleo juvenil severo.

Palabras clave: desempleo severo; jóvenes; regiones brasileñas.

JEL: J13; J64; J68.

1 INTRODUÇÃO

O desemprego é considerado um importante problema social que atinge tanto as economias desenvolvidas quanto as em desenvolvimento. No Brasil, o ano de 2014 marcou o início de uma crise econômica e política, dado o aumento das investigações de corrupção e pelo *impeachment* presidencial, acarretando, entre outros, um aumento na taxa de desocupação, passando de 6,9% em 2014 para 12,1% em 2019, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua referente ao período do segundo trimestre.

Apesar de o desemprego atingir todas as idades, segundo Cacciamali (2005), em todos os países, em geral, há maior incidência desse fenômeno entre os jovens. É nessa faixa etária que se concentra a maioria dos indivíduos que tentam ingressar no mercado de trabalho pela primeira vez, ou seja, apresentam desvantagem entre os demais pela falta de experiência, acarretando um custo de treinamento adicional às empresas que os contratam, gerando uma preferência, por meio destas, pela contratação de indivíduos adultos que apresentam experiência e hábitos de trabalhos sedimentados, com boas referências de ex-empregadores, gerando, portanto, restrições principalmente aos jovens que estão à procura de seu primeiro emprego (Silva, 2001; Ichino, Mealli e Nannicini, 2008).

É possível verificar essa maior incidência relatada quanto ao desemprego dos jovens a partir dos dados da PNAD Contínua 2019 no período do segundo trimestre, no qual se observa uma involução da taxa de desocupação no decorrer de maiores faixas etárias: a taxa de desocupação dos indivíduos de 14 a 17 anos era de 42,3%; de 18 a 24 anos, de 25,1%; de 25 a 39 anos, de 10,9%; de 40 a 59 anos, de 7,2%; e, por fim, de 60 ou mais anos era de 4,9%.

Estudos recentes consideram como jovens os indivíduos de até 29 anos em consequência do aumento da idade da população dependente financeiramente dos pais (Camarano, 2006). Segundo Bell e Blanchflower (2011), o desemprego dos jovens pode ainda trazer impactos tanto de curto quanto de longo prazo dada a possibilidade de aumentar o risco de pobreza, exclusão social e menor qualificação.

Apesar de ser considerado o principal indicador utilizado para a avaliação do mercado de trabalho, a taxa de desemprego pode estar associada a diferentes períodos de duração (Ramos, 2007). Segundo Kiefer (1988), o bem-estar do indivíduo depende mais da duração no qual fica desempregado do que o próprio fato de estar desempregado. Vale ainda ressaltar que, quando a permanência no estado de desemprego se estende por longos períodos, há uma redução de chances de reintrodução no mercado de trabalho, o que pode contribuir para a situação de desalento destes, ou seja, a desistência pela procura de trabalho (Arruda, Guimarães e Castelar, 2017). Dessa forma, de acordo com Bivar (1993), além de conhecer a taxa de desemprego, também é importante identificar o tempo de permanência dos indivíduos neste estado, bem como o tempo que eles empregam na busca de um emprego.

Nesse sentido, a literatura tem apresentado estudos que analisam a duração do desemprego, bem como seus determinantes. Entre eles, pode-se destacar Menezes-Filho e Pichetti (2000), Menezes e Da Cunha (2013), e Reis e Aguas (2014). Menezes-Filho e Pichetti (2000) analisaram os determinantes da duração do desemprego em São Paulo e observaram que: i) a duração esperada do desemprego foi inferior para os chefes de família e aqueles que apresentavam trabalho prévio; e ii) a duração do desemprego foi superior para indivíduos com maiores níveis de instrução, idades mais elevadas, mais experiências e que tinham trabalho prévio no setor formal. Menezes e Da Cunha (2013), por sua vez, analisaram a duração do desemprego no Brasil e notaram que a sua probabilidade de ocorrência foi superior para as mulheres, os indivíduos mais escolarizados, não brancos, moradores de regiões metropolitanas (RMs) e indivíduos que não eram chefes familiares. Reis e Aguas (2014) estudaram a duração do desemprego e as transições para o mercado formal, inatividade e informalidade, e evidenciaram que, embora indivíduos com maior duração no desemprego tenham apresentado mais propensão de transição para um emprego formal ou informal, também foram mais inclinados a passarem para a inatividade.

Apesar desses achados, ainda não foram realizadas pesquisas que tratem apenas dos jovens no estado de desemprego severo, ou seja, situação em que o jovem se encontra desempregado há pelo menos um ano e procura emprego, tampouco foram encontrados trabalhos que visaram analisar os determinantes desse tipo de desemprego para esse grupo de trabalhadores.

Nesse contexto, este estudo tem por objetivo mensurar a probabilidade de ocorrência do desemprego severo entre os jovens de 16 a 29 anos de idade, entre as regiões brasileiras, a partir dos dados da PNAD Contínua referente ao segundo trimestre de 2019, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em virtude de ser a base de dados mais recente e anterior ao ano da pandemia covid-19, por meio do modelo econométrico dicotômico *probit*, inovando, assim, com a literatura já existente. A partir dos resultados aqui encontrados, este estudo busca corroborar para a formulação de futuras políticas públicas, assim como ressalta a importância da criação de mecanismos que elevem a acumulação de capital humano como a aprendizagem profissional.

Este artigo está estruturado em cinco seções: i) introdução; ii) revisão de literatura, na qual se faz uma breve discussão sobre trabalhos existentes na literatura sobre o desemprego juvenil, bem como a duração no estado de desemprego; iii) metodologia utilizada; iv) resultados encontrados; e, por fim, v) considerações finais, concentrando os principais pontos encontrados no decorrer do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Dadas as crescentes taxas de desemprego dos últimos anos, tornam-se abrangentes os estudos que buscam analisar os determinantes sobre essa temática, como a sua incidência sobre características relacionadas à idade, ao gênero, à educação, à região, entre outros, assim como a duração destes no estado de desemprego.

No Brasil, Bivar (1993) foi o pioneiro a analisar a duração do desemprego. Em seu estudo, na RM de São Paulo, no período de janeiro de 1983 a dezembro de 1990, a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ele verificou que a duração média em que as pessoas se encontravam desempregadas era de seis meses. Além disso, constatou que 66% dos indivíduos permanecem neste estado por um período ainda maior.

Posteriormente, Menezes-Filho e Pichetti (2000) visaram investigar os determinantes do desemprego na RM de São Paulo em 1997 e observaram que sua duração era menor para os chefes de família e aqueles que já tinham trabalhado anteriormente; e maior para os que tinham mais educação, eram mais velhos, foram demitidos do trabalho anterior, tinham emprego prévio no setor formal e apresentavam mais experiência. Outro resultado relevante tratou-se da probabilidade condicional de encontrar emprego, que cresceu apenas do primeiro ao sexto mês, quando passou a reduzir.

Menezes e Da Cunha (2013) analisaram o perfil dos indivíduos que tinham mais probabilidade de sobrevivência no desemprego no Brasil, mais especificamente em seis RMs: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre, de 2002 a 2011, utilizando a base de dados da PME. Esses autores verificaram

que o tempo médio em que os indivíduos ficaram desempregados foi de 9,25 meses, no qual a duração mínima foi de 0,03 mês e a máxima de 63 meses. Os indivíduos com menor probabilidade de permanência no desemprego são homens, brancos, chefes de família, com menores níveis educacionais, indivíduos entre 16 e 19 anos e residentes nas regiões de Belo Horizonte e Porto Alegre.

No período 2006-2013, por meio de dados da PME, Reis e Aguas (2014) verificaram a duração do desemprego e as transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. Para tanto, consideraram, especificamente, indivíduos entre 21 e 50 anos de idade. Entre os principais resultados, notaram que a escolaridade pode elevar a probabilidade de transição do desemprego para o emprego no setor formal, mas gera uma menor tendência de transição para o emprego informal e a inatividade. Indivíduos do sexo masculino foram mais propensos a transitarem do desemprego para o emprego formal e informal. Os autores ainda evidenciam que quanto maior a duração em que os indivíduos se encontram desempregados, maior a propensão de transitar para o emprego formal ou informal, dada a redução no salário de reserva, assim como também aumentam as chances de ficarem desalentados devido ao desestímulo na busca por emprego.

Apesar dos trabalhos mencionados e dos demais existentes na literatura sobre o perfil e a duração do desemprego entre os indivíduos, o desemprego severo, situação em que o trabalhador está desempregado por pelo menos um ano e ainda busca emprego, isto é, não se encontra em estado de desalento, foi inicialmente estudado por Ehrenberg e Smith (2016) e torna-se uma importante abordagem de estudo. Diante disso, segundo esses autores, traz consequências como o aumento dos indicadores de pobreza, informalidade, criminalidade e perda de bem-estar da sociedade, podendo resultar no aumento do desemprego estrutural e na desaceleração dos mecanismos de ajuste do mercado.

Dessa forma, diante da importância da análise do desemprego severo, entre estudos recentes, Arruda, Guimarães e Castelar (2016; 2017) analisaram os determinantes do desemprego severo na região Nordeste do país com base nos dados da PNAD de 2003 e 2013, e nas regiões Sul e Sudeste a partir dos dados da PNAD em 2013. A partir da utilização da modelagem econométrica dicotômica *probit*, os autores verificaram menor chance de permanência na situação de desemprego severo para os indivíduos do sexo masculino, os chefes de família, os mais jovens, e os que se declararam negros e tinham ensino superior completo ou em andamento, para ambas as regiões de estudo.

Não obstante, os estudos mencionados foram realizados em períodos anteriores à crise de 2014 descrita na seção anterior. Costa e Vieira Filho (2020), com base nos dados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2017, restringindo sua amostra aos trabalhadores rurais do Brasil e das regiões, observaram que a probabilidade de

estar no desemprego severo aumenta entre os indivíduos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), aos que possuem familiar aposentado e têm um nível de ensino baixo, enquanto ser pessoa de referência no domicílio, homem, não branco e ter idade entre 16 e 25 anos e 26 e 45 anos diminuem a probabilidade de ocorrência do desemprego severo. Os autores também verificaram uma heterogeneidade existente entre as regiões brasileiras, uma vez que os resultados apresentaram probabilidades com sinais diferentes entre elas.

Com o intuito de corrigir problemas relacionados ao desemprego, como a pobreza e a desigualdade social, o governo brasileiro adotou, entre outras políticas condicionadas à transferência de renda, o PBF, instituído em 2004. Esse programa tinha por objetivo a inclusão social de famílias em situação de pobreza mediante assistência aos serviços de saúde e educação às crianças e adolescentes (Campello, 2013).

Dessa forma, surgiram alguns estudos que buscaram investigar o impacto do PBF sobre a probabilidade de procurar emprego. Enquanto Santos *et al.* (2010), Cavalcanti *et al.* (2016), Costa *et al.* (2018) e Costa e Vieira Filho (2020) observaram uma relação negativa, Tavares (2009), Foguel e Barros (2010) e Teixeira (2011) afirmaram que o efeito do PBF é insuficiente para gerar incentivos a não procura por emprego. Ademais, quando se verifica essa relação especificamente voltada ao desemprego severo, Silva (2020), com base nos dados da PNAD Contínua de 2017, verifica uma probabilidade maior de estar no desemprego severo pelos beneficiários desse programa. Além disso, também indica menor probabilidade para os indivíduos mais jovens, homens, pessoa de referência no domicílio, com menor nível de escolaridade e localizados na região Sul do país.

Embora os estudos citados, em geral, indiquem menor probabilidade de o jovem permanecer no desemprego severo quando comparado às demais faixas etárias, há uma vasta literatura que trata da dificuldade de os jovens se inserirem no mercado de trabalho, entre eles, pode-se citar: Antigo e Machado (2006), Rocha (2008), Flori (2005), entre outros.

Segundo a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), consideram-se jovens todos os indivíduos entre 15 e 29 anos de idade, podendo ainda os dividir em três grupos: i) jovens-adolescentes: entre 15 e 17 anos; ii) jovens-jovens: 18 a 24 anos; e iii) jovens-adultos: 25 a 29 anos. Os principais agravantes para a entrada dos jovens no mercado de trabalho se devem, principalmente, ao menor grau de escolaridade, pouca ou nenhuma experiência profissional, altas taxas de rotatividade e assimetria de informações (Flori, 2005; Rocha, 2008; Corseuil *et al.*, 2014; Cacciamali e Tatei, 2017).

Reis (2015) ainda afirma que, mesmo comparados a outros indivíduos da mesma faixa etária, os jovens sem experiência no mercado de trabalho têm chances menores de saírem do desemprego. Dessa forma, visando facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, foi instituída a Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005, que se refere à lei brasileira de aprendizagem. Os programas de aprendizagem estimulam a empregabilidade dos jovens de 14 a 24 anos, especificamente no primeiro emprego, por meio do treinamento profissional sob a condição de aprendizes (Brasil, 2009; Calazans, Souza e Fischer, 2014).

De forma a verificar se a lei realmente auxilia na transição dos jovens para o mercado permanente, Corseuil *et al.* (2019), por meio dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2001 a 2008, validaram a importância da lei tanto para a inserção nos empregos quanto para a redução da rotatividade.

Sendo assim, diante da importância da análise do desemprego severo e da dificuldade de os jovens encontrarem emprego, este trabalho tem por objetivo mensurar a probabilidade do jovem se encontrar no estado de desemprego severo.

3 METODOLOGIA

3.1 Fonte e tratamento dos dados

Para mensurar a probabilidade de o jovem brasileiro permanecer por mais de doze meses desempregado, utilizaram-se os microdados da PNAD Contínua 2019. Com a finalidade de verificar, adicionalmente, a relação do PBF com o desemprego severo desses jovens, optou-se pelo uso das informações concentradas no segundo trimestre, que contempla um suplemento de informações do referido programa. Por se tratar de uma pesquisa de desenho amostral, utilizaram-se os pesos amostrais dos indivíduos como forma de tornar as inferências dos resultados consistentes para a população.

Com o objetivo de tornar a base de dados homogênea, aplicaram-se filtros de modo a contemplar apenas os jovens (com idade entre 16 e 29 anos) desempregados e que estavam à procura de emprego na semana de referência da pesquisa, totalizando 6.737.331 indivíduos. A variável de resultado é binária, sendo 0 representativa dos jovens desempregados à procura de emprego no período máximo de um ano; e 1 referindo-se aos jovens desempregados à procura de emprego há um ano ou mais. As demais variáveis consideradas na pesquisa foram selecionadas conforme sua relevância na dinâmica do desemprego severo no Brasil e seguiram os estudos de Arruda, Guimarães e Castelar (2016; 2017), Costa e Vieira Filho (2020) e Silva (2020).

QUADRO 1
Descrição das variáveis associadas ao desemprego severo

Variável de resultado	Descrição
Desemprego severo	1 - Se o jovem estiver desempregado entre treze meses ou mais
	0 - Se o jovem estiver desempregado até doze meses
Variáveis explicativas	
Chefe de família	1 - Se o jovem for chefe de família
	0 - Se o jovem não for chefe de família
Programa Bolsa Família	1 - Se a família é beneficiária do Bolsa família
	0 - Se a família não é beneficiária do Bolsa Família
Aposentados na família	1 - Se a família tem aposentados
	0 - Se a família não tem aposentados
Sexo	1 - Se o jovem for do sexo masculino
	0 - Se o jovem for do sexo feminino
Raça/cor	1 - Se o jovem se declarar não negro
	0 - Se o jovem se declarar negro
Aprendizagem prévia	1 - Se o jovem tiver aprendizagem profissional prévia
	0 - Se o jovem não tiver aprendizagem profissional prévia
Situação censitária	1 - Se o jovem morar na zona urbana
	0 - Se o jovem morar na zona rural
Idade de 16 a 17 anos	1 - Se o jovem tem entre 16 e 17 anos
	0 - Caso contrário
Idade de 18 a 24 anos	1 - Se o jovem tem entre 18 e 24 anos
	0 - Caso contrário
Idade de 25 a 29 anos	1 - Se o jovem tem entre 25 e 29 anos
	0 - Caso contrário
Sem instrução	1 - Se o jovem não tiver instrução
	0 - Caso contrário
Ensino fundamental	1 - Se o jovem tiver ensino fundamental completo e/ou completo
	0 - Caso contrário
Ensino médio completo	1 - Se o jovem tiver ensino médio completo e/ou completo
	0 - Caso contrário
Ensino superior completo	1 - Se o jovem tiver ensino superior completo e/ou completo
	0 - Caso contrário

(Continua)

(Continuação)

Variável de resultado	Descrição
Norte	1 - Se o jovem residir na região Norte
	0 - Caso contrário
Nordeste	1 - Se o jovem residir na região Nordeste
	0 - Caso contrário
Sul	1 - Se o jovem residir na região Sul
	0 - Caso contrário
Centro-Oeste	1 - Se o jovem residir na região Centro-Oeste
	0 - Caso contrário
Sudeste	1 - Se o jovem residir na região Sudeste
	0 - Caso contrário

Elaboração dos autores.

A amostra utilizada nesta pesquisa é diferente das amostras contempladas na literatura, na medida em que se concentra exclusivamente nos jovens brasileiros, grupo que, segundo Flori (2005) e Corseuil *et al.* (2014), encontram mais dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, devido especialmente aos fatores relacionados à baixa experiência profissional. Ademais, incorporaram a aprendizagem prévia como determinante do desemprego severo, que tende a relacionar-se negativamente.

Ressalta-se que, no caso da variável relativa à aprendizagem prévia, consideraram-se os jovens com curso técnico e/ou qualificação profissional ligados ao Sistema S, ou seja, cursos técnicos ou qualificações profissionais fornecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), ou outra instituição de serviços nacionais de aprendizagem. Apesar de não ser um indicativo real da condição de jovem aprendiz, visto que o jovem que realiza curso técnico ou qualificação profissional no Sistema S não necessariamente o faz com contrato de aprendizagem, essa construção apresenta-se como uma *proxy* relevante. De acordo com o art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (Brasil, 1943), os estabelecimentos de qualquer natureza devem empregar e matricular nos cursos do Sistema Nacional de Aprendizagem um número de aprendizes entre 5% e 15% do total de trabalhadores existentes em cada estabelecimento nas quais as funções demandem formação profissional.

3.2 Modelo empírico

Para mensurar os determinantes da permanência por mais de doze meses na condição de desemprego severo por parte dos jovens brasileiros, aplicou-se o modelo *probit*, que fornecerá, estatisticamente, o efeito dos atributos pessoais dos jovens na condição de desemprego severo. Trata-se de um modelo adequado para análises de regressão em que a variável de resultado é binária. Sua estimação pode ser obtida a partir da seguinte equação de seleção (Long *et al.*, 1993; Coelho, Aguiar e Fernandes, 2009):

$$y_i^* = x_i^*a + u_i$$

em que x_i^* representa o vetor de covariadas que contempla os atributos pessoais dos jovens desempregados; u_i diz respeito aos erros aleatórios, sendo $E(u_i) = 0$; e y_i^* reflete uma variável latente (contínua) não observada.

Supondo uma variável *dummy* discreta (assumindo 0 ou 1), tem-se que:

$$y_i = 1 \text{ caso } y_i^* > y_i^L$$

$$y_i = 0 \text{ caso } y_i^* \leq y_i^L$$

em que y_i^L indica o valor máximo determinante da condição de desemprego severo por parte dos jovens brasileiros. Logo, considerando as equações anteriores como representativas de uma variável aleatória com função de distribuição de probabilidade cumulativa $f(\cdot)$ simétrica, observa-se que:

$$Prob(Y = 1|x) = F(x, a)$$

$$Prob(Y = 0|x) = 1 - F(x, a)$$

em que *Prob* reflete a probabilidade de o jovem estar na condição de desemprego severo. Considerar $f(\cdot)$ implica garantia de que a probabilidade de o jovem encontrar-se na condição de desemprego severo esteja no intervalo de 0 a 1.

Nesta pesquisa, tem-se $Y = 1$ quando o jovem estiver desempregado há mais de doze meses e mantém a busca pelo emprego; e $Y = 0$ quando o jovem estiver desempregado há menos de um ano. O vetor x diz respeito às covariadas que apresentam impacto sobre a probabilidade de que os jovens estejam na condição de desemprego severo. O vetor a , por sua vez, refere-se ao impacto de alterações nas covariadas (x) sobre a probabilidade de o jovem estar no desemprego severo, logo, observa-se que:

$$F(x, a) = x'a$$

Os estimadores de a são obtidos por meio da maximização da seguinte função de máxima verossimilhança (Coelho, Aguiar e Fernandes, 2009):

$$\log L = \sum_{i=1}^n y_i \log[F(x, a)] + \sum_{i=1}^n (1 - y_i) \log[1 - F(x, a)]$$

No modelo em questão, a estimação assume uma função de distribuição acumulada (FDA) da normal, ou seja:

$$F(x) = \int_{-\infty}^{x_0} (1/\sqrt{2\sigma^2\pi}) e^{-\frac{(x-\mu)^2}{2\sigma^2}}$$

Desse modo, conclui-se que:

$$P_i = P(Y = 1|x) = \int_{-\infty}^{xa} \omega_t dt = \Phi x_i a$$

em que ω_t relaciona-se à função de probabilidade cumulativa da distribuição normal padrão, com $Y = 1$ representando a chance de sucesso, que, neste caso, conforme ressaltado, consiste na condição de desemprego severo, e $Y = 0$, caso contrário. Ressalta-se, no entanto, que os coeficientes das covariadas binárias não fornecem, diretamente, os efeitos marginais, que são mensurados de acordo com as seguintes equações:

$$\frac{\partial E \left[\frac{Y}{x} \right]}{\partial x} = \left[\frac{dF(x' a)}{d(x' a)} \right] a = f(x' a) a$$

em que $f(\cdot)$ representa a função de densidade relacionada à distribuição acumulada $F(\cdot)$. Ademais, ressalta-se que a mensuração dos efeitos marginais pode ser feita por meio da avaliação das expressões nas médias amostrais ou avaliação dos efeitos marginais em cada observação, e utilização da média amostral dos efeitos marginais individuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, realizou-se a análise descritiva como forma de sintetizar as principais informações da amostra relacionadas às variáveis contempladas no estudo. Conforme se observa na tabela 1, aproximadamente 41% dos jovens trabalhadores brasileiros estavam na condição de desemprego severo, ou seja, à procura de emprego há mais de um ano, enquanto cerca de 58,9% dizem respeito aos desempregados que buscavam emprego há um período de tempo inferior (até doze meses).

Considerando os trabalhadores desempregados, cerca de 10,9% são chefes familiares, 47,8% são do gênero masculino e 33,9% são não brancos. Além disso, tendo em vista que se considerou na pesquisa os trabalhadores jovens, verifica-se que a idade média desses é majoritariamente de 21,84 anos, com 12,1% na faixa etária de 16 a 17 anos, 61,2% de 18 a 24 anos e 26,6% de 25 a 29 anos. Em termos médios, a parcela majoritária dos jovens desempregados brasileiros possui ensino médio completo e incompleto (61,8%) e somente 4,7% apresentaram aprendizagem prévia.

Com relação à região, observou-se que aproximadamente 45,7% concentraram-se na região Sudeste, seguida pelo Nordeste (28,2%), Sul (10,3%), Norte (8,5%) e Centro-Oeste (7,3%). Ademais, 91,4% dos jovens desempregados concentraram-se na zona urbana e cerca de 23% das famílias dos jovens possuem Bolsa Família e aposentadoria no domicílio.

TABELA 1
Estatísticas descritivas relacionadas aos jovens brasileiros desempregados

Variáveis	Média ¹	Desvio-padrão	Desemprego severo	Desvio-padrão	Desemprego não severo	Desvio-padrão
Desemprego severo	0,410	0,492	-	0,000	-	0,000
Chefe da família	0,109	0,311	0,096	0,294	0,118	0,322
Programa Bolsa Família	0,231	0,421	0,234	0,424	0,228	0,419
Aposentado na família	0,230	0,421	0,248	0,432	0,217	0,412
Sexo	0,474	0,499	0,431	0,495	0,504	0,500
Raça/cor	0,339	0,473	0,341	0,474	0,337	0,473
Aprendizagem prévia	0,047	0,211	0,047	0,211	0,047	0,212
Situação censitária	0,914	0,281	0,920	0,272	0,910	0,287
Idade						
Idade	21,840	3,741	22,041	3,659	21,700	3,791
De 16 a 17 anos	0,121	0,327	0,102	0,303	0,135	0,342
De 18 a 24 anos	0,612	0,487	0,622	0,485	0,606	0,489
De 25 a 29 anos	0,266	0,442	0,276	0,447	0,260	0,438
Escolaridade						
Sem instrução	0,002	0,040	0,002	0,043	0,001	0,037
Ensino fundamental completo e incompleto	0,208	0,406	0,186	0,389	0,223	0,416
Ensino médio completo e incompleto	0,618	0,486	0,633	0,482	0,607	0,488
Ensino superior completo e incompleto	0,173	0,378	0,179	0,383	0,169	0,375
Região						
Norte	0,085	0,278	0,093	0,290	0,079	0,270
Nordeste	0,282	0,450	0,315	0,465	0,260	0,438
Sul	0,103	0,304	0,095	0,293	0,109	0,312
Centro-Oeste	0,073	0,260	0,058	0,235	0,083	0,276
Sudeste	0,457	0,498	0,439	0,496	0,469	0,499

Fonte: PNAD Contínua (2º trim. 2019).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Todos os valores da média são expressos em termos de proporção, exceto a idade.

Considerando-se apenas os jovens no desemprego severo, tem-se que 9,6% são chefes de família, 33,4% fazem parte de famílias beneficiárias do PBF, 24,8% têm aposentado na família, 43,1% eram do sexo masculino, 34,1% possuem raça ou cor não branca, 4,7% apresentaram aprendizagem prévia e 92% localizam-se na zona urbana. A idade média dos jovens no desemprego severo foi de cerca de 22,04 anos, de modo que parcela majoritária (62,2%) encontrava-se na faixa etária de 18 a 24 anos, possuía ensino médio completo e incompleto (63,3%) e era pertencente à região Sudeste (43,9%).

Quanto aos jovens desempregados há menos de doze meses, notou-se que 11,8% eram chefes familiares, 22,8% participavam de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 21,7% possuíam aposentados na família, 50,4% eram homens, 33,7% de cor ou raça não branca, 4,7% possuíam cursos de qualificação técnica ou profissional e 91% eram da zona urbana. Ademais, seguindo a tendência dos grupos analisados anteriormente, percebeu-se que a maior parte dos jovens, que apresentaram média de 21,7 anos de idade, encontraram-se na faixa etária dos 18 aos 24 anos (60,6%), tinham ensino médio completo ou incompleto (60,7%) e eram pertencentes à região Sudeste (46,9%).

Para verificar a influência dos atributos pessoais no desemprego severo de jovens brasileiros, estimou-se um modelo *probit*, nos quais os resultados são expostos na tabela 2. Inicialmente, ressalta-se que a estimação dos coeficientes das probabilidades de ocorrência do desemprego severo para o referido grupo foi obtida por meio da utilização de erros-padrões com variação robusta, por se tratar de um procedimento que visa à correção de possíveis problemas de heterocedasticidade. Além disso, observou-se a significância conjunta das variáveis contempladas na pesquisa, conforme a estatística de Wald e o teste de razão de verossimilhança, significativos a 1%. Em termos regionais, notou-se que parcela majoritária dos jovens desempregados à procura de emprego encontra-se na região Sudeste, sendo essa região, portanto, a referência regional no modelo.

Após implementação do desenho amostral, observou-se um total de 6.737.190 jovens brasileiros desempregados e que buscavam empregos, nos quais, conforme ressaltado, cerca de 41% estavam na condição de desemprego severo, ou seja, à procura de trabalho por um período superior a doze meses. Quanto às estimações, verificou-se que as variáveis apresentaram 1% de significância estatística, com exceção do PBF, que apresentou 5% de significância.

Conforme se observa, tem-se que as variáveis relativas à condição de pessoa referência no domicílio, ao sexo masculino e à cor não negra apresentam-se como atributos pessoais que reduzem a probabilidade de o jovem encontrar-se na condição de desemprego severo. No que concerne à pessoa referência no domicílio, tal resultado é condizente com as pesquisas de Arruda, Guimarães e Castelar (2016)

e Costa e Vieira Filho (2020) e pode ser explicado, conforme Araújo e Antigo (2016), pela necessidade de que os chefes familiares sustentem os outros membros da família, diferindo seus comportamentos frente aos não chefes, e, desse modo, procurem empregos com mais estabilidade. Além disso, Araújo e Antigo (2016) encontraram evidências de que a chance de saída do desemprego para o emprego é maior para os chefes familiares em relação aos não chefes familiares.

TABELA 2
Probabilidades e efeitos marginais do desemprego severo para os jovens brasileiros

Variáveis	Coefficientes	Efeitos marginais
Pessoa de referência no domicílio	-0,17447*** (0,00166)	-0,06566*** (0,00061)
Programa Bolsa Família	-0,00356** (0,00127)	-0,00136** (0,00049)
Aposentadoria	0,10170*** (0,00119)	0,03920*** (0,00046)
Sexo	-0,18590*** (0,00100)	-0,07131*** (0,00038)
Raça/cor	-0,04017*** (0,00110)	-0,01541*** (0,00042)
Idade de 16 a 17 anos	-0,19850*** (0,00181)	-0,07459*** (0,00066)
Idade de 18 a 24 anos	0,04577*** (0,00117)	0,01754*** (0,00045)
Sem instrução	0,26174*** (0,01228)	0,10208*** (0,00482)
Ensino fundamental completo e incompleto	-0,04072*** (0,00174)	-0,01556*** (0,00066)
Ensino médio completo e incompleto	0,04582*** (0,00139)	0,01753*** (0,00053)
Aprendizagem prévia	-0,01758*** (0,00233)	-0,00672*** (0,00089)
Situação censitária	0,15936*** (0,00182)	0,05997*** (0,00067)
Norte	0,15726*** (0,00185)	0,06095*** (0,00072)
Nordeste	0,19653*** (0,00126)	0,07602*** (0,00049)
Sul	-0,04279*** (0,00173)	-0,01633*** (0,00066)

(Continua)

(Continuação)

Variáveis	Coefficientes	Efeitos marginais
Centro-Oeste	-0,16146*** (0,00200)	-0,06079*** (0,00074)
Constante	-0,28434 (0,00249)	-
Número de observações		6.737.190
Wald chi2(11)		126323,85
Prob > chi2		0,0000
Log pseudolikelihood		-4498157,20
Pseudo R2		0,0138

Fonte: PNAD Contínua (2º trim. 2019) e dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. ** p < 0,05; *** p < 0,1.

2. Erros-padrão robustos entre parênteses.

Quanto à variável indicativa do gênero, observou-se que as mulheres apresentaram mais chances de estarem no desemprego severo, quando comparadas aos homens. Esse resultado está de acordo com o verificado pela literatura, a exemplo de Cacciamali e Hirata (2005), Pereira e Oliveira (2017) e Cirino (2018), que encontraram evidências de discriminação de gênero, desfavorável às mulheres, para Bahia e São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasil, respectivamente. Com relação à cor, os resultados acompanham o estudo de Costa *et al.* (2018), que indicam que os não brancos tendem a apresentar mais probabilidade de estarem no desemprego severo. Essa relação evidencia o fenômeno da discriminação racial no mercado de trabalho (Silva e Kassouf, 2002; Cunha, Araújo e Lima, 2015).

No que diz respeito à idade, observou-se que a faixa etária entre 16 e 17 anos afeta negativamente as chances de que esse grupo esteja no desemprego severo. Já os jovens com idade de 18 a 24 anos apresentam mais chances de estarem severamente desempregados. Ressalta-se que os jovens na faixa etária de 25 a 29 anos foram utilizados como referência na estimação, visto que, segundo Costa e Vieira Filho (2020), a idade pode ser considerada como *proxy* para a experiência. A relação negativa entre a faixa etária de 16 a 17 anos, quando comparada à faixa etária de 25 a 29 anos, e o desemprego severo pode estar relacionada ao fato de que os jovens pertencentes à referida faixa etária possuem mais oportunidades de trabalho proporcionadas pelo Programa Jovem Aprendiz. Corseuil, Foguel e Tomelin (2019), por exemplo, encontraram evidências de que a aprendizagem profissional prévia para jovens afeta positivamente suas empregabilidades e contribui na transição da aprendizagem para ocupações ligadas ao setor formal e para grandes empresas.

No que tange ao nível educacional, contemplaram-se os jovens com ensino superior completo e incompleto como referência na análise. Assim, os jovens sem instrução e aqueles com ensino médio completo e incompleto apresentaram menores

chances de estarem na condição de desemprego severo, enquanto o ensino fundamental completo e/ou incompleto reduziu as chances de os jovens estarem desempregados há mais de doze meses. Apesar da reduzida eficiência da aprendizagem profissional no estímulo ao acúmulo de capital humano específico e elevação da probabilidade de permanência dos jovens na mesma empresa de treinamento profissional, apontadas por Corseuil, Foguel e Gonzaga (2019), verificou-se, ao menos parcialmente, que a aprendizagem profissional prévia foi importante na redução das chances de que os jovens fiquem desempregados por mais de um ano. Assim, o programa de aprendizagem brasileiro contribuiu para a redução do desemprego severo jovem no país.

Quando verificado o efeito dos mecanismos de transferência de renda, quais sejam, Bolsa Família e/ou aposentadorias no domicílio, sobre o desemprego severo dos jovens em questão, observa-se, por um lado, um resultado negativo do PBF, contrário ao apresentado pela literatura, como em Teixeira (2011). Esse fato pode ser explicado pelo corte etário considerado na pesquisa, que se concentrou exclusivamente nos jovens de 16 a 29 anos e apresenta uma diferente particularidade. Vasconcelos *et al.* (2017), ao analisarem a relação entre o PBF e a probabilidade de que jovens entre 18 e 29 anos não trabalhem nem estudem, observaram que o benefício do Bolsa Família aumenta as chances de que os referidos jovens trabalhem ou estudem. Além disso, os autores evidenciaram um efeito superior para a participação no mercado de trabalho. Nesse sentido, é possível que essa especificidade explique uma menor chance de que jovens com beneficiários do Bolsa Família no domicílio estejam na condição de desemprego severo.

Por outro lado, nota-se que a probabilidade de o jovem se encontrar no desemprego severo cresce quando esse reside com aposentados no domicílio. Esse fato também foi encontrado no estudo de Costa e Vieira Filho (2020), que analisou os determinantes do desemprego severo para os grupos etários em termos agregados.

Ademais, assim como em Arruda, Guimarães e Castelar (2016) e Silva (2020), notou-se que jovens pertencentes ao meio urbano e residentes no Norte e Nordeste têm mais chances de estarem severamente desempregados, visto que essa zona censitária acomoda parcela majoritária desse grupo, e essas regiões são caracterizadas por apresentarem taxas de escolarização e qualificação mais baixas (Piacenti, Alves e Lima, 2008).

A análise anterior apresentou as chances a favor das variáveis contempladas na pesquisa sobre a probabilidade de que os jovens de 16 a 29 anos estejam no desemprego severo. No entanto, para um entendimento mais aprofundado dessa dinâmica, faz-se relevante observar a probabilidade de tais efeitos, em termos de magnitude. Para tanto, estimaram-se os efeitos marginais, também demonstrados na tabela 2.

Conforme observado, verifica-se que jovens chefes de família, homens e com raça/cor não branca⁶ possuem cerca de 6,56%, 7,13% e 1,54%, respectivamente, menos chances de estarem severamente desempregados. No que se refere à idade, evidenciou-se que jovens com idades de 16 a 17 anos e 18 a 24 anos apresentaram, de modo respectivo, probabilidades de aproximadamente 7,46% a menos e 1,75% a mais de estarem desempregados há mais de doze meses, quando comparados aos jovens com idade de 25 a 29 anos.

Verifica-se ainda que, em se tratando dos níveis de instrução, jovens sem instrução e com nível médio completo e/ou incompleto têm mais probabilidade de estarem no desemprego severo do que jovens com ensino superior completo e/ou incompleto, visto que, de forma respectiva, as magnitudes são de 10,21% e 1,75%. Os jovens com nível fundamental completo e/ou incompleto, quando comparados aos jovens com nível superior completo e/ou incompleto, têm 1,56% menos probabilidade de estarem desempregados há mais de doze meses. Apesar do baixo efeito, o programa de aprendizagem, importante mecanismo que visa à facilitação da transição do jovem para o primeiro emprego, foi capaz de reduzir em cerca de 0,67% o desemprego severo.

Com relação às aposentadorias e ao PBF, tem-se que, quando as famílias possuem aposentados, a probabilidade do desemprego severo se eleva em aproximadamente 3,92%. Em contrapartida, apesar do baixo efeito do PBF, há menor chance desse tipo de desemprego para os jovens que contam com esse benefício no domicílio (-0,14%).

Os resultados indicaram ainda que jovens residentes na zona urbana, quando comparados aos residentes na zona rural, têm cerca de 6% mais chances de estarem sem emprego há mais de um ano. Ademais, apenas os jovens localizados nas regiões Sul e Centro-Oeste expuseram menores chances de estarem severamente desempregados, 1,63% e 6,08%, respectivamente, considerando-se a região Sudeste como referência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho utilizou microdados do segundo trimestre relativos à PNAD Contínua 2019, para, por meio do modelo *probit*, analisar os determinantes da condição de desemprego severo por parte dos jovens brasileiros, grupo caracterizado por apresentar mais dificuldades de inserção no mercado profissional pela baixa qualificação e experiência profissional. Para tanto, consideraram-se atributos pessoais dos

6. A interpretação das variáveis relativas à raça/cor e ao PBF foram inspiradas nos estudos de Arruda, Guimarães e Castelar (2016) e Costa e Vieira Filho (2020). Ressalta-se que essas variáveis se correlacionam com a renda familiar, variável omitida no modelo, que pode influenciar o desemprego severo. No entanto, ambas as variáveis foram significativas, indicando uma correlação fraca entre elas, e, portanto, acredita-se que seus resultados fornecem bons indícios de que essas geram efeitos sobre o desemprego severo.

jovens, como a condição pessoa referência no domicílio, sexo, cor, aprendizagem profissional prévia, situação censitária, idade, escolaridade, região e a presença de aposentados e beneficiários do PBF no domicílio.

Por um lado, os resultados obtidos evidenciaram que os jovens com idade entre 18 e 24 anos, residentes na zona urbana, com aposentados no domicílio e localizados nas regiões Norte e Nordeste apresentaram mais chances de estarem severamente desempregados. A maior chance de desemprego por mais de um ano também foi identificada para jovens sem instrução e com nível médio completo e/ou incompleto, quando comparados aos jovens com nível superior completo e/ou incompleto.

Por outro lado, observou-se que jovens do sexo masculino, não brancos, chefes de família, partícipes de programas de aprendizagem e residentes nas regiões Sul e Centro-Oeste expuseram menores chances de estarem na condição de desemprego severo. As chances de estarem condicionados a essa tipificação de desemprego também foram menores para jovens com idade de 16 a 17 anos, quando comparados aos jovens de 25 a 29 anos, e para jovens com fundamental completo e/ou incompleto, quando comparados aos que possuíam nível superior completo e/ou incompleto.

Apesar disso, a relação negativa entre o desemprego severo e a participação de ao menos um membro familiar no PBF, bem como a relação negativa desse tipo de desemprego e a participação dos jovens em cursos técnicos e/ou de qualificação profissional, foram os resultados que mais se destacaram no estudo. O primeiro difere do observado pela literatura, que aponta para um possível “efeito preguiça” do programa de transferência de renda em questão, bem como para sua importância na redução do desemprego severo de jovens. O segundo, a despeito dos problemas do programa brasileiro de aprendizagem profissional na permanência de jovens no mercado de trabalho, documentado pela literatura, evidenciou importante redução da aprendizagem profissional prévia nas chances de que os jovens estejam desempregados há mais de doze meses, apesar de que, em termos de magnitude, o efeito tenha sido próximo de zero.

Desse modo, por meio dos resultados observados, buscou-se contribuir no debate acerca do desemprego severo de jovens no mercado de trabalho brasileiro ao fornecer panorama nacional e regional a respeito desse fenômeno. Tal análise pode subsidiar a formulação de políticas públicas para esse grupo de trabalhadores, caracterizado por apresentar mais dificuldades de inserção no mercado profissional, quando comparado aos demais grupos etários. Ressalta-se a importância da criação de mecanismos que elevem a acumulação de capital humano, especialmente nas regiões mais afetadas pelo desemprego severo jovem, a saber, Norte e Nordeste. Ademais, conforme encontrado, a aprendizagem profissional tem potencial para ser um elemento relevante na mitigação do desemprego severo jovem. Sugere-se, portanto, um olhar focalizado em programas de aprendizagem profissional, de modo

a ampliar o efeito positivo desses sobre a redução do desemprego severo jovem no Brasil. Ademais, sugere-se, como pesquisa futura, a análise da qualidade do emprego associada à redução do desemprego severo ocasionada pelos programas brasileiros de aprendizagem, investigando-se a relação entre formalidade e informalidade do trabalho no qual o jovem se insere.

REFERÊNCIAS

ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F. Transições e duração do desemprego: uma revisão da literatura com novas evidências para Belo Horizonte. **Nova Economia**, v. 16, n. 3, p. 375-406, dez. 2006.

ARAÚJO, J. P. F.; ANTIGO, M. F. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 2, p. 308-335, 2016.

ARRUDA, E. F.; GUIMARÃES, D. B.; CASTELAR, I. Desemprego severo no Nordeste brasileiro: uma análise para 2003 e 2013. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 47, n. 1, p. 101-116, 2016.

ARRUDA, E. F.; GUIMARÃES, D. B.; CASTELAR, I. Uma análise do desemprego severo nas regiões Sul e Sudeste do Brasil em 2013. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 48, p. 207-228, 2017.

BELL, D. N. F.; BLANCHFLOWER, D. G. **Youth unemployment in Europe and the United States**. Bonn: IZA, abr. 2011. (Discussion Paper Series, n. 5673).

BIVAR, W. Estimativas da duração média do desemprego no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 23, n. 2, p. 275-312, ago. 1993.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. 3. ed. Brasília: MTE, 2009. Disponível em: <https://abre.ai/ckjT>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

CACCIAMALI, M. C. **Mercado de trabajo juvenil: Argentina, Brasil y México**. Genebra: OIT, mar. 2005. v. 1, p. 1-35. (Employment Strategy Papers, 2005/2).

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda: uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos – Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 16, p. 57-69, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7939/1/BRU_n16_Impacto.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

CALAZANS, F. D.; SOUSA, J. P. Z. M.; FISCHER, L. Programa de aprendizagem profissional e sua contribuição mercadológica: uma análise sob as perspectivas aprendiz, professor e empresa. **Bioenergia em Revista: Diálogos**, v. 3, n. 1, p. 35-58, 2014.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 15-24.

CAVALCANTI, D. M. *et al.* Impactos do Programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 2, p. 173-201, 2016.

CIRINO, J. F. Discriminação por gênero no mercado de trabalho: uma comparação do diferencial de rendimento entre homens e mulheres para os anos de 2002 e 2014. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, p. 221-253, 2018.

COELHO, A. B.; AGUIAR, D. R. D.; FERNANDES, E. A. Padrão de consumo de alimentos no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 2, p. 335-362, jun. 2009.

CORSEUIL, C.; FOGUEL, M. N.; GONZAGA, G. Apprenticeship as a stepping stone to better jobs: evidence from Brazilian matched employer-employee data. **Labour Economics**, v. 57, p. 177-194, abr. 2019.

CORSEUIL, C. H. *et al.* A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. *In*: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Brasília: Ipea, 2014.

CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M. N.; TOMELIN, L. F. Uma avaliação de impacto de um programa de qualificação profissional na empresa sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal. **Economia Aplicada**, v. 23, n. 1, p. 161-184, 2019.

COSTA, E. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Desemprego severo no meio rural brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2020.

COSTA, R. A. *et al.* Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na renda dos trabalhadores rurais. **Nova Economia**, v. 28, n. 2, p. 385-416, 2018.

CUNHA, D. A. da; ARAÚJO, A. A. de; LIMA, J. E. de. Determinantes do desemprego e inatividade de jovens no Brasil metropolitano. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 9, n. 3, p. 369-392, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25070/rea.v9i3.191>.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S.; HALLOCK, K. F. **Modern labor economics: theory and public policy**. 12. ed. Londres: Routledge, 2016.

FLORI, P. Desemprego de jovens no Brasil. **Revista da ABET**, v. 5, n. 1, p. 30-60, 2005.

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of Brazilian municipalities. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 2, p. 259-293, jun. 2010.

ICHINO, A.; MEALLI, F.; NANNICINI, T. From temporary help jobs to permanent employment: what can we learn from matching estimators and their sensitivity? **Journal of Applied Econometrics**, v. 23, n. 3, p. 305-327, abr. 2008.

KIEFER, N. M. Economic duration data and hazard functions. **Journal of Economic Literature**, v. 26, p. 646-679, jun. 1988.

LONG, W. J. *et al.* Uma comparação de regressão logística para indução de árvore de decisão em um domínio médico. **Computadores e Pesquisa Biomédica**, v. 26, n. 1, p. 74-97, 1993.

MENEZES-FILHO, N. A.; PICCHETTI, P. Os determinantes da duração do desemprego em São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 30, n. 1, p. 23-48, abr. 2000.

MENEZES, A. I.; DA CUNHA, M. S. Uma análise da duração do desemprego no Brasil (2002-2011). **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 13, n. 1, p. 37-58, 2013.

PEREIRA, R. M.; OLIVEIRA, C. A. Discriminação por gênero no mercado de trabalho local: um estudo para os municípios do Rio Grande do Sul. **Análise Econômica**, v. 35, n. 68, p. 87-116, set. 2017.

PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R.; LIMA, J. F. O perfil locacional do emprego setorial no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 3, p. 482-502, 2008.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2007. 46 p. (Texto para Discussão, n. 1255).

REIS, M. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015.

REIS, M.; AGUAS, M. Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. **Economia Aplicada**, v. 18, n. 1, p. 35-50, 2014.

ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 533-550, 2008.

SANTOS, G. C. *et al.* Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.

SILVA, C. B. **Desemprego severo no Brasil**: uma análise da relação do Programa Bolsa Família no desemprego rural e urbano. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SILVA, N. D. V. **Jovens brasileiros**: o conflito entre estudo e trabalho e a crise de desemprego. 2001. 131 p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, p. 99-115, 2002.

TAVARES, P. A. *et al.* Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 25-58, abr. 2009.

TEIXEIRA, C. G. Nota técnica: efeitos da transferência de renda na oferta de trabalho. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília: Ipea, n. 46, p. 37-46, fev. 2011.

VASCONCELOS, A. M. *et al.* Programa Bolsa Família e geração “nem-nem”: evidências para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 71, n. 2, p. 233-257, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRIFFITHS, W. E.; HILL, R. C.; JUDGE, G. G. **Learning and practicing econometrics**. Nova York: John Wiley & Sons, 1993. 866 p.

LIMA, G. A. C. *et al.* Calcium intake: good for the bones but bad for the heart? An analysis of clinical studies. **Archives of Endocrinology and Metabolism**, v. 60, n. 3, p. 252-263, jun. 2016.

MENEZES-FILHO, N.; PICCHETTI, P. Os determinantes da duração do desemprego no Brasil metropolitano: 1984-1998. *In*: CHAHAD, J.; MENEZES FILHO, N. (Org.). **Mercado de trabalho no Brasil**: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças. São Paulo: LTR, 2002. p. 55-79.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher, 2007.

Data da submissão em: 20 set. 2022.

Primeira decisão editorial em: 3 jan. 2023.

Última versão recebida em: 4 mar. 2023.

Aprovação final em: 27 jul. 2023.